

Deliberações da Plenária Final da XV Conferência Distrital de Assistência Social

Propostas para o Distrito Federal - EIXO 1 - Financiamento

Instituir na Lei Orgânica do DF que, no mínimo, 3% dos recursos financeiros do ano anterior da Receita Corrente Líquida - RCL do GDF sejam aplicados nos serviços socioassistenciais com execução (impositiva-obrigatória)

Vincular o Fundo de Assistência Social (FAS-DF) à Subsecretaria de Assistência Social, tendo o gestor órgão como ordenador de despesas e prevendo a estrutura necessária à gestão financeira e orçamentária dos recursos do SUAS.

Reajustar os valores dos benefícios eventuais (vulnerabilidade, excepcional, natalidade, morte e calamidade) anualmente conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com previsão de calendário fixo de pagamento.

Propostas para o Distrito Federal - EIXO 2 – Controle Social

Criar estratégias do CAS para ampliar a divulgação dos serviços, benefícios, programas e projetos contemplando todas as formas e canais de divulgação: redes sociais, material impresso com linguagem acessível aos usuários, incluso recursos voltados para pessoas com deficiência. Conforme previsto pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Criação de conselhos regionais de assistência social com a finalidade de aproximar o controle social nas regiões garantindo a infraestrutura necessária para o seu financiamento, bem como a alteração de regimento interno do CAS DF, visando possibilitar a eleição direta de trabalhadores e usuários para o cargo de conselheiro de assistência social, retirando a exigência de CNPJ para concorrer às eleições.

O CAS fomentar a criação de fóruns de usuários e trabalhadores com reuniões semestrais com foco no controle social e com reuniões semestrais com garantia de suporte logístico e financeiro, com objetivo em definir prioridades territoriais junto à comunidade, a rede social e intersetorial local e unidades de Assistência Social nos territórios, divulgação e avaliação dos serviços, programas, e benefícios, planejamento territorial, acompanhamento e planejamento orçamentário e prestação de contas à comunidade.

Propostas para o Distrito Federal - EIXO 3 – Articulação entre Segmentos

Ampliar a participação de todos os segmentos (trabalhadoras, usuárias, entidades e governo), com capacitação continuada e o fortalecimento do Fórum de Usuárias (os), assim como potencializar a publicização e o alcance das ações do CAS/DF.

Maior articulação entre os segmentos; uma instituição saber o trabalho desempenhado pela outra para viabilizar o trabalho em rede e suas responsabilidades, proporcionando discussão de demandas comuns de usuárias (os) e das instituições com apoio, capacitação e desenvolvimento para a divulgação das redes. A instituição ter conhecimento dos outros aparelhos para trabalhar em conjunto, ampliação e participação popular através dos meios tecnológicos acessíveis

Criação de um observatório de Vigilância Socioassistencial a nível nacional e distrital, com a participação do CAS/DF, usuárias (os), trabalhadoras (es), e Instituições de Ensino Superior que monitorem, avaliem e quantifiquem o Serviço e Ações da Assistência Social.

Propostas para o Distrito Federal - EIXO 4 – Serviços, Programas e Projetos

Ampliação dos equipamentos socioassistenciais do DF (CRAS, CREAS, CECON, Centro Pop, acolhimentos, CRAS móvel, CREAS móvel, Centro Dia, etc), com garantia de equipe multiprofissional, conforme NOB SUAS, para funcionamento, no âmbito da execução direta (novo concurso público) e rede complementar (firmar novos termos de colaboração), garantindo transporte para acesso aos serviços e atividades, visando garantir proteção integral aos usuários do SUAS. Atenção especial para territórios mais vulneráveis, como por exemplo São Sebastião, Estrutural, Gama, dentre outros. Integração entre o SUAS DF com o SUAS RIDE.

Facilitar o acesso para agendamento pelo 156, ampliar e qualificar a rede de servidores e de equipamentos para dar vazão ao atendimento da ampla demanda por atendimento. Melhorar e universalizar o sistema de agendamento, pelo 156, e apresentar marcadores de prioridades, e que a prestação de serviço com a central 156 tenha em seu contrato de execução priorize a qualidade e não a quantidade de atendimentos, não podendo os repasses serem condicionados a números de atendimentos, dando previsibilidade e avisar o usuário próximo da data de agendamento para evitar evasão e faltas, de datas de atendimento ao usuário desde o primeiro acesso. Além disso, apontar para as unidades o usuário que não confirmar presença no atendimento.

Aprimoramento da capacitação presencial continuada, permanente e de qualidade para os trabalhadores, voltada para grupos prioritários (PCD, letramento racial, pessoas idosas, crianças, LGBTQIAPN+, imigrantes, refugiados entre outros).

Propostas para o Distrito Federal - EIXO 5 – Benefício e transferência de renda

Rever a Lei 5165/2013, em atenção ao proposto pelo Grupo de Trabalho, para garantir que a gestante, mediante a comprovação de acompanhamento pré-natal, possa solicitar o Auxílio Natalidade (modalidade pecúnia e bens de consumo) a partir da 30ª semana (6 meses e partos prematuros), e até 90 dias após o parto, bem como rever o valor do benefício para ½ salário mínimo, com correção anual de acordo com o reajuste do salário mínimo, e ampliação da quantidade de parcela para até 12.

Propor novo benefício de transferência de renda, com característica de programa continuado, com valor variável de acordo com a composição familiar, e garantia de orçamento que faça frente à demanda apresentada, e que o Sistema de Assistência Social seja aprimorado para trazer mais transparência nos critérios de priorização.

Rever a Lei 5165/13 para ampliar os valores dos benefícios eventuais, com base no salário mínimo e correção anual pelos índices INPC/IPCA (suprimir); ampliar o número de parcelas; garantir agilidade na liberação dos mesmos e facilitar o processo de pagamento dos benefícios, com prazo para sua concessão de até 30 dias desde sua solicitação

Propostas para a UNIÃO – EIXO 1 - Financiamento

Reajustar e ampliar o valor do cofinanciamento federal com ênfase nos PSB E PSE.

Fixar por meio de legislação que, no mínimo, 5% da receita corrente líquida arrecadada na União e nas demais unidades federativas sejam destinadas ao Fundo de Assistência Social.

Propostas para a UNIÃO – EIXO 2 – Controle Social

Criação de um Programa Nacional de incentivo à participação e controle social que garanta o uso efetivo da verba que já é destinada para isso.

Criação de mecanismos de descentralização de gestão de recursos destinados ao conselho de fundos de assistência social, com ampliação do mínimo de 3% para 6%

Propostas para a UNIÃO – EIXO 3 - Articulação entre Segmentos

Fomentar a mobilização de pessoas (representantes e lideranças) em situação de rua, violência domiciliar, LGBTQIAPN+, idosas (os), pessoas com deficiência e imigrantes criando um canal de comunicação nacional unificado que facilite o acesso e o entendimento da (o) cidadã (ão) sobre seus direitos e benefícios socioassistenciais, para que esses atores da Sociedade Civil, com base em suas vivências (junção do saber científico e popular), assumam cadeiras dentro dos órgãos de deliberação e recebam apoio com a finalidade de que as suas demandas sejam inscritas nas agendas governamentais e do CNAS, abrindo uma consulta com trabalhadoras (es), usuárias (os), e Sociedade Civil quanto a reestruturação da Política do SUAS pós pandemia.

Garantir recursos para a contratação de profissionais para atuação específica (monitor, intérprete, cuidadoras e tradutor de libras, etc), nos espaços de oferta dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como viabilizar meios para a promoção da acessibilidade, mobilidade e o atendimento integral de pessoas com deficiência e idosas (os) ampliando o acesso ao transporte público e gratuito.

Propostas para a UNIÃO – EIXO 4 - Serviços, Programas e Projetos

Implantar programas e serviços voltados para a Primeira Infância, efetivando as previsões da política nacional de Primeira Infância.

Formular e implementar sistema unificado, no modelo de um prontuário nacional, em que seja possível acompanhar a trajetória das famílias junto à Assistência Social, de modo a evitar perdas no histórico familiar e eventuais revitimizações de famílias em violação de direitos, que venha a mudar de Unidade da Federação, atendendo às especificidades e necessidades da territorialidade. Integração do GDF e da União visando a formulação de um prontuário nacional.

Propostas para a UNIÃO – EIXO 5 - Benefício e transferência de renda

Diminuir a idade para concessão do BPC para pessoa idosa para 60 anos. Desconsiderar a renda do BPC no Cadastro Único, para possibilitar a concessão dos benefícios de transferência de renda a ele vinculados. Conceder o décimo terceiro a todos os beneficiários do BPC.

Garantir contribuição previdenciária diferenciada para cuidadores/curadores de beneficiários do BPC com vistas a apoiar esta dedicação exclusiva de cuidado quando for o caso. Estabelecer o acréscimo de 25% sobre os benefícios previdenciários e assistenciais, em caso de necessidade de auxílio permanente de terceiros. Possibilitar a oitiva de testemunha junto ao INSS, quando a pessoa não tiver como comprovar gastos por meio de recibos ou notas fiscais.